

Representações sociais de injustiça em adolescentes de escolas públicas e particulares*

Maria Suzana de Stefano Menin

Introdução

O tema desta pesquisa é a percepção de injustiças que adolescentes podem evidenciar nos mais diversos espaços de vida. Percepções de injustiça podem ser investigadas na medida em que se revelem em representações de acontecimentos, de casos reais ou de queixas que podem ser suscitadas por diferentes instrumentos. No entanto, esse pode se mostrar um campo complexo de pesquisa, uma vez que as definições de justiça e, portanto de injustiça, podem ser inúmeras, assim como as formas de estudá-la na psicologia.

Para Perelman (1999), as fórmulas de justiça, são, no mínimo, as seguintes:

“1 – A cada qual a mesma coisa; 2 – A cada qual segundo os seus méritos; 3 – A cada qual segundo suas obras; 4 – A cada qual segundo suas necessidades; 5 – A cada qual segundo a sua posição; 6 – A cada qual segundo o que a lei lhe atribui” (p. 9). E o uso moral que se faz dessas fórmulas depende de uma escala de valores segundo a qual se decida quem será igual e no quê.

Na psicologia do desenvolvimento, Piaget (1932/1977) foi pioneiro em investigar como crianças desenvolvem concepções de justiça e injustiça. Em seus estudos foram encontrados três grandes períodos de evolução dessas concepções: a) de 7 a 8 anos, aproximadamente, a justiça subordina-se à autoridade adulta; b) de 8 a 11 anos, aproximadamente, há o igualitarismo progressivo; c) acima dos 12 anos a justiça igualitária é temperada por preocupações de equidade. Esses “períodos” não chegam a ser estágios, para Piaget, mas “fases que caracterizam desenvolvimentos limitados” (p. 273).

* Agradecemos à Fundunesp pelo auxílio financeiro para a apresentação deste trabalho na VI Conferência Internacional de Representações Sociais, em Stirling, Escócia, em setembro de 2002.

Em relação à questão "O que é algo injusto?", Piaget obteve quatro tipos de respostas: a) injusto como sinônimo de condutas contrárias às ordens recebidas do adulto: mentir, roubar, quebrar algo, em crianças menores de 7 anos, em média; b) injusto como o contrário ao que é estabelecido nas regras do jogo, por exemplo trapacear; c) injusto como condutas contrárias à igualdade, seja a desigualdade nas sanções ou nos tratamentos; essas duas últimas respostas podem ser encontradas em crianças acima de 8 anos, em média; d) injusto referindo-se às injustiças relativas à sociedade adulta, de ordem social, econômicas, políticas; uma resposta mais típica em adolescentes.

Ainda em psicologia do desenvolvimento, destacam-se os trabalhos de Kohlberg (1971, 1992) e sua descoberta, a partir de respostas de crianças, adolescentes e adultos a dilemas hipotéticos, dos três níveis de julgamento moral: pré-convencional, convencional e pós-convencional. Esses níveis se subdividem em estágios que revelam diferentes critérios sobre o que é considerado justo ou certo moralmente falando. Os estágios de julgamento moral são, para Kohlberg (1992), uma explicitação de diferentes critérios de justiça como balizadores dos próprios julgamentos: justiça como aquilo que beneficia o próprio indivíduo, no estágio pré-convencional; justiça como conformidade legal à ordem social, no estágio convencional; e justiça como equidade, no estágio pós-convencional. Nesse três níveis, as "operações da justiça", tais como a igualdade, a reciprocidade, a equidade, a universalidade, e as formas da justiça distributiva, retributiva e comutativa, aplicam-se a aspectos diferentes do meio social e em extensões também diversas.

Os desenvolvimentos teóricos de Piaget e Kohlberg sobre justiça marcaram as pesquisas que se seguiram sobre esse tema, tanto teoricamente, como metodologicamente. Isso é evidenciado por Hutz e Dell'Aglio (1995) que apresentaram uma revisão das pesquisas que vêm sendo realizadas no Brasil sobre justiça distributiva, nas quais se deu ênfase aos modelos de desenvolvimento do uso das regras de igualdade e equidade. Normalmente, nas pesquisas revistas pelos autores, investiga-se como as regras da justiça distributiva são utilizadas de acordo com os princípios de igualdade, equidade ou, ainda, necessidade, em histórias que contrapõem a distribuição de um bem (notas, salário, lucros) entre protagonistas que se diferenciam quanto ao mérito (esforço, habilidades), quanto à produção ou quanto às necessidades.

Seguindo um referencial ou outro, Hutz e Dell'Aglio (1995) destacam que as pesquisas sobre justiça têm apresentado resultados limitados a situa-

ções de laboratório, que são criadas para as investigações e que, na maior parte das vezes, não conseguem reproduzir as complexidades das situações de vida, como, por exemplo, as que se referem às muitas características nas quais as pessoas são diferentes na vida real; o que traz muita dificuldade na escolha dos critérios de justiça. Sabe-se que a utilização de uma regra da justiça em relação à outras pode variar em função da situação, dos fatores relativos à pessoas e dos fatores socioculturais, tais como os que envolvem as ideologias, os valores, as normas e regras sociais, a religião, etc. Consideramos, além dessas observações, que a metodologia usada nessas pesquisas, histórias artificiais de distribuição de bens em função do mérito, das obras, das necessidade ou mesmo de forma injusta, limitam o levantamento dos critérios espontâneos que poderiam ser identificados em diferentes populações. Os sujeitos das pesquisas que têm utilizado histórias apenas escolhem entre os critérios de justiça já dados pelos pesquisadores. Acreditamos que estamos ainda numa fase das pesquisas sobre justiça em que seria relevante identificar o que as pessoas pensam e consideram como justiça e a que injustiças são sensíveis ou, percebem; ou ainda, que justiças mais pedem quando consideram suas vivências.

No campo da psicologia social, Assmar (1995, 1998 e 2000), retomando vários trabalhos sobre justiça e injustiça, destaca que neles se têm priorizado a teoria da equidade, segundo a qual a equidade seria o único princípio utilizado pelas pessoas para apontar uma situação de repartição de bens como justa ou injusta. Segundo a autora, os estudos nesse campo têm acontecido prioritariamente em laboratório, em situações programadas artificialmente em que os participantes das pesquisas encontram situações já estruturadas, as quais devem julgar como justas ou injustas. Pesquisando o papel das interações sociais na percepção e reação à injustiça, a autora encontrou que, contrariamente aos resultados esperados na literatura, os brasileiros pouco reagem a uma situação de injustiça, produzida em laboratório, quando ela ocorre com parceiros com os quais se teve interação e discute o papel de características culturais naquelas representações.

Acreditamos que os trabalhos que consideram as concepções de injustiça como representações sociais vão mais na direção de considerar concepções espontâneas de justiça ou injustiça. São exemplos disso os trabalhos de Jakubowska (1991), Jakubowska-Branicka (1994) e algumas das investigações de Doise (1991), Doise et alii (1994a) e Doise e col. (1995).

Jakubowska (1991) investigou diversas concepções de justiça que poderiam ser usadas por jovens de diferentes idades que, através de uma pequena história, deveriam escolher as leis mais justas que um povo livre adotaria para si. Como principais resultados, a autora verificou três tendências mais acentuadas: 1) os mais jovens conceberam a justiça como traços de caráter e de condutas específicas que eles consideraram "boas" ou definiram a justiça legal; 2) entre os adolescentes de 14, 15 anos, a justiça foi entendida como estabelecendo condições de proteção do bem social. Foram encontradas três tendências: a) justiça como comportamento conforme às leis; b) justiça como exigência de punição justa aos malfeitores; c) justiça como exigência de uma avaliação objetiva; 3) para os mais velhos, 17, 18 anos, também foram encontradas três tendências: a) justiça como uma conduta em acordo com a consciência individual; b) como apreciação objetiva e um julgamento justo; c) justiça como igualdade diante da lei, aplicação igual da lei para todos.

Os estudos de Doise (1991, 1994a, 1994b, 1995) evidenciaram que o que as pessoas consideram como direitos humanos, justos ou necessários, ou o que consideram como injustiças, ou seja, os atentados aos direitos humanos, pode se modificar em função de diferentes princípios organizadores que se ancoram em diferentes pertinências sociais, tais como: a) países com histórias culturais diferentes e com lutas políticas específicas sobre certos direitos humanos; b) profissões nas quais se vivenciam diferentes necessidades e contatos com necessidades de outros; c) classes sociais e níveis educacionais que podem permitir, ou não, uma visão mais ampla ou restrita dos direitos humanos; d) adesões políticas e religiosas específicas; graus de fatalismo e sensibilidade a diferentes conflitos sociais e outros.

Menin (2000a) realizou pesquisa perguntando a jovens chamados ao fórum acusados de cometer infrações o que consideravam como injustiça e obteve respostas muito diversas, que lembravam as categorias obtidas por Jakubowska e que variaram em função da classe social dos entrevistados. Jovens de classes sociais mais desfavorecidas indicavam injustiças que haviam presenciado em seus bairros e/ou na vizinhança, enquanto que outros jovens de classes sociais mais altas indicavam exemplos tirados da televisão.

A presente pesquisa busca dar continuidade àquela investigação, identificando as representações de injustiça numa população de 480 adolescentes de escolas públicas e particulares de Presidente Prudente. Pretende-se analisar essas representações classificando-as segundo as categorias que mais aparece-

rem e identificando, em duas classes de alunos com características socioeconômicas muito diferentes, os seguintes componentes das situações de injustiça por elas ilustradas: os locais de ocorrência, os agentes e suas ações, as vítimas e suas perdas.

Metodologia

Em Menin (2000b), foram passados para 480 alunos de dez escolas públicas (classes da oitava série do ensino fundamental e da primeira série do ensino médio) e três particulares (classes de primeira série do ensino médio), na cidade de Presidente Prudente, interior de São Paulo, um questionário que continha questões sobre leis (o que são as leis, porque devem ser obedecidas, se podem ser mudadas ou desobedecidas), uma escala para avaliação da gravidade de dezoito infrações, duas pequenas histórias sobre justiça (a de um rapaz que rouba o patrão pois este lhe devia um salário e a de uma diretora que chama a polícia para controlar alunos), três questões sobre representações e exemplos de injustiça, outras sobre rebaixamento da maioria penal e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. No presente estudo, estaremos analisando as respostas que os adolescentes deram à três questões abertas sobre injustiça, que foram, de acordo com Menin (*ibidem*):

- 1 – O que significa injustiça, para você?
- 2 – Você já viu acontecer alguma injustiça? Conte um caso.
- 3 – Nesse mundo em que você vive, conhecendo tudo o que você conhece e já viu, o que você denunciaria como injustiça?

Os alunos das dez escolas públicas e três particulares concentraram-se na faixa etária entre 13 a 15 anos (75% nas escolas particulares e 69% nas públicas, sendo, em toda a população, 40% dos alunos com 15 anos), embora nas escolas públicas 26% dos alunos tivessem entre 16 a 18 anos. A população estudada foi equilibrada em termos de sexo; mas os alunos diferiram muito entre si com relação ao nível socioeconômico. Dentre os pais dos alunos das escolas particulares, 76% tinham profissões de nível superior, chefias, diretorias e assessorias, 86% dos alunos apresentavam renda familiar acima de 10 salários mínimos e 87% residiam em bairros de média e alta inclusão social. Dentre os pais dos alunos de escolas públicas, 85% tinham profissões de nível econômico médio e baixo (ajudantes, produção, auxiliares), 80% com renda familiar menor que 10 salários e 62% residindo em bairros de alta e média exclusão social.

Resultados

Estaremos apresentando os resultados e mostrando, primeiramente, e para cada uma das três questões sobre significado, casos e denúncias de injustiça, as tendências mais gerais de respostas entre os 478 questionários obtidos (dois questionários tiveram que ser dispensados; Menin, 2000b). Em seguida, aprofundaremos mais a análise mostrando os diferentes componentes nas representações de injustiça de duas classes de alunos pertencentes a meios socioeconômicos opostos, 39 alunos da escola AA, pública e 47 da escola AN, particular.

Características gerais das respostas entre os alunos das escolas particulares e públicas

As representações de injustiça

Para uma primeira análise das respostas dos alunos à questão "O que significa injustiça para você?",¹ agrupamos as respostas inspirando-nos nas categorias mais utilizadas por Piaget (1932/1977) e Kohlberg (1992). Assim, consideramos, na categoria de injustiça *Legal*, aquelas respostas que se referiam à injustiça como uma ação errada ou contra lei, isto é, uma transgressão como matar, roubar, vender drogas, etc.; por exemplo: "Injustiça é fazer o que é errado" (pública, 17 anos, menino). Como *Retributiva*, consideramos as respostas que se referiram a erros na atribuição de um castigo ou pena, como uma pena ser desproporcional ao ato cometido ou, ainda, a um julgamento errado, como culpar um inocente ou absolver um culpado: "Injustiça é quando uma pessoa não faz nada de errado, vive sua vida em paz, e de um dia para outro é acusada de algo que não cometeu" (particular, 16 anos, menino). Foram consideradas na categoria *Distributiva* aquelas respostas que se referiram a um tratamento desigual entre pessoas, seja em geral, seja entre ricos e pobres ou brancos e negros ou, ainda, abuso de poder de uns sobre outros; exemplo: "Injustiça = ação ou ato de cometer injustiça; favorecer um indivíduo às custas de

1 Quando os alunos deram mais de uma resposta à mesma pergunta, o que aconteceu mais entre alunos da escola particular, consideramos, para essa primeira análise, a primeira resposta dada.

outro" (particular, 15 anos, menino). Como *Social*, entendemos as respostas que se referiam a problemas sociais, sem definir uma forma específica de injustiça, como a fome, a miséria, o desemprego, as crianças abandonadas, exemplo: "Injustiça é o modo de vida que levamos no Brasil. O grande desemprego e os assassinatos" (pública, 17 anos, menina). Na categoria *Outros*, foram incluídas todas as outras respostas que não puderam ser enquadradas nas categorias anteriores e que mostraram uma diversidade de concepções de injustiça, como, por exemplo: "agir sem pensar nas conseqüências", "ver um cidadão maltratado por um civil", "desrespeito, falta de caráter", "o que acontece na TV", "minha professora me dar nota baixa", "fazer o que não quero", etc...

A Tabela 1 apresenta as respostas dos 478 alunos nas categorias indicadas acima.

Tabela 1 – Número e porcentagem de tipos de injustiça definidas nas respostas dos alunos de escolas particulares e públicas

Tipo de Injustiça	Particular	Pública	Total
Legal	60 49,58%	129 36,13%	189 39,53%
Retributiva	28 23,14%	107 29,97%	135 28,24%
Distributiva	12 9,91%	36 10,08%	48 10,04%
Justiça Social		11 3,08%	11 2,30%
Outros	19 15,70%	40 11,20%	59 12,34%
Não respondeu	2 1,65%	34 9,52%	36 7,53%
Total	121 100%	357 100%	478 100%

Pode-se observar, na Tabela 1, que em ambas as escolas predominou a categoria de injustiça como o que se contrapõem ao *Legal*: fazer algo errado ou contra a lei. Em segundo lugar apareceu a categoria que liga injustiça à idéia de justiça *Retributiva*, onde apareceram três idéias: a de acusar ou punir um inocente (28 respostas nas escolas particulares e 96 nas públicas), cometer uma infração e ser absolvido (10 respostas nas escolas públicas) e pena ser desproporcional ao ato cometido (1 resposta nas escolas públicas). Essas duas

categorias de injustiça ligadas à idéia de justiça *Legal* e *Retributiva*, foram as encontradas por Piaget (1932/1977) e Jakubowska (1991) em crianças pequenas e por Kohlberg nos estágios pré-convencionais e convencionais (1992). A idéia de injustiça como ferindo a justiça *Distributiva* foi pouco frequente nos dois tipos de escolas; nela, duas idéias compareceram: o abuso de poder de uns sobre outros (poderosos, ricos, autoridades sobre pobres, fracos, etc., apenas 6 respostas nas particulares e 25 nas públicas) e a de ricos terem melhores condições de defesa que os pobres (apenas 3 nas particulares e 2 nas públicas). Mais numerosas que as respostas ligadas à idéia de distribuição desigual de direitos foram *Outras*, respostas que não se encaixaram nas categorias precedentes. Tal como Jakubowska (1991) encontrou, uma grande diversidade de respostas compareceu ligada às idéias de injustiça como maldade, mau caráter ou faltas particulares. Foram poucas as respostas sobre injustiças relacionadas à justiça *Social*, como as ligadas às idéias de miséria ou crianças abandonadas e elas ocorreram em apenas 3% das respostas nas escolas públicas.

Casos de injustiça relatados

Na Tabela 2 podem-se observar as respostas dos 478 alunos das escolas particulares e públicas à questão que lhes pedia que relatassem um caso ou exemplo de injustiça visto por eles. É curioso verificar que a resposta mais frequente entre os alunos foi aquela em que afirmaram nunca terem visto um caso de injustiça (15 respostas entre os alunos das escolas particulares e 117 nas escolas públicas) ou viram, mas não relataram nenhum caso (12 nas escolas particulares e 22 nas escolas públicas). Somadas, essas respostas representaram cerca de 22% nas escolas particulares e 39% nas públicas. Causa estranhamento que os alunos das escolas públicas, residentes em bairros sabidamente de mais violência, tenham dito, em porcentagem tão expressiva, que não viram casos de injustiça. É como se os alunos não tivessem como representar injustiças vistas ou sofridas em seu meio social. Fica a questão: não seriam eles solicitados a construir representações sobre isso? A falar sobre isso?

Dentre os tipos de injustiça relatados nos exemplos dos alunos, sobressaíram as representações ligadas à idéia de justiça *Retributiva*, em que duas idéias prevaleceram: a atuação injusta e violenta de policiais (8 respostas nas

Tabela 2 – Tipos de injustiça nos casos relatados pelos alunos das escolas particulares e públicas

Tipos de Injustiça	Particular	Pública	Total
Distributiva	21 17,35%	34 9,53%	55 11,50%
Retributiva	28 23,14%	89 24,92%	117 24,48%
Legal	6 4,95%	19 5,32%	25 5,23%
Social	8 6,61%	18 5,04%	26 5,43%
Outros	27 22,31%	41 11,48%	68 14,22%
Não viu injustiça ou viu mas não relatou	27 22,31%	139 38,93%	166 34,72%
Não respondeu	4 3,30%	17 4,76%	21 4,39%
Total	121 100%	357 100%	478 100%

escolas particulares e 35 nas escolas públicas) e ser condenado injustamente (20 respostas nas escolas particulares e 54 nas públicas). Menos freqüentes foram os casos de injustiça ligados à idéia de justiça *Distributiva*. Quatro tipos de relatos foram aí incluídos: os ligados a abusos de poder de uns sobre outros ou corrupção de poderosos que tiram proveito de fracos (10 respostas nas particulares e 15 nas públicas), ricos serem inocentados por serem ricos (1 nas particulares e 5 nas públicas), mãe favorecer mais um filho que outro (2 respostas nas particulares e 3 nas públicas), discriminações raciais ou entre ricos e pobres (8 respostas nas escolas particulares e 11 nas públicas). Foram pequenas as porcentagens de respostas incluídas nas categorias de injustiça *Social* ou *Legal*.

Em ambas as escolas foi expressiva a porcentagem de *Outras* respostas (22% e 11% nas públicas). Examinando mais de perto essa categoria vimos que ela incluiu respostas muito genéricas, como: “*muitos na TV*” ou “*No filme: O fugitivo*”, ou descrições de relacionamentos pessoais: “*brigas entre amigas*”, “*uma amiga brigou com outra por puro ciúmes*”, ou casos de perda de bens ou de salário: “*meu avô perdeu a fazenda para os sem terra e recebeu só o reembolso das terras*”, “*os servidores públicos de Presidente Prudente não receberam o salário*”, “*mulher*

que trabalha o ano inteiro e não recebeu o 13^o e vai para o SPC por causa de contas estouradas” ou casos na escola: “quando uma sala inteira levou suspensão”, “quando colocaram o professor de matemática para dar aulas no colégio”, “os professores e o poder que lhes é concedido”, “deixei de tirar um A porque meu grupo não estudou”, “alguém que não estudou não frequentou as aulas, vai fazer trabalho e é aprovado como alguém que estudou” ou ainda casos de injustiça na família: “a mãe que perde a guarda dos filhos”... Constatamos a dificuldade em ter critérios para classificar essas respostas. O mesmo foi comentado por Jakubowska (1991) a respeito das categorias previstas por Kohlberg e as que a autora encontrou.

Denúncias de injustiça

Ao pedirmos aos alunos que indicassem o que denunciariam como injustiça, obtivemos, também, grande variedade de respostas que foram categorizadas de acordo com os tipos de injustiça mais proeminentes.

Na Tabela 3 notamos que nesta questão houve uma maior participação dos alunos havendo, portanto, poucas não-respostas. Notamos, também, maiores diferenças nos modos de responder das escolas públicas e das particulares. Nas escolas particulares, a categoria de injustiça que mais compareceu ligou-se à idéia de justiça *Distributiva*, estando aí incluídas as denúncias que os alunos faziam ao favorecimento dos ricos em detrimento dos pobres (27 respostas nas escolas particulares e 31 nas públicas), à discriminação racial (6 respostas nas escolas particulares e 13 nas públicas) e ao abuso de poder de uns sobre outros (2 respostas nas particulares e 8 nas públicas); juntas, essas respostas representaram cerca de 29% das afirmações nas escolas particulares e 14% nas públicas.

Nas escolas públicas, a categoria mais freqüente de respostas foi a de injustiça ligada a transgressões, a injustiça *Legal* (21%), enquanto que nas escolas particulares, a segunda categoria mais freqüente foi a de injustiça *Social* (19%), que incluiu idéias tais como: menor abandonado, desemprego, miséria. Novamente, na categoria *Outros*, foram colocadas respostas muito diversas e vagas, tais como: “quase tudo nesse mundo”, “tudo o que passa do limite e vai além do permitido” ou respostas diversas incluindo violência doméstica: “crianças inocentes e mulheres maltratadas por seus maridos”, “homens que estupram e prostituem seus filhos”, respostas incluindo violência em geral: “matar e não ser morto”, “corrupção, brigas e formação de gangues”, e outras “serventes, alunos e

Tabela 3 – Tipos de injustiça nas denúncias dos alunos de escolas particulares e públicas

Tipos de Injustiça	Particular	Pública	Total
Distributiva	35 28,92%	52 14,56%	87 18,20%
Social	23 19,00%	60 16,80%	83 17,36%
Retributiva	20 16,52%	59 16,52%	79 16,52
Legal	19 15,70%	77 21,56%	96 20,08%
Outros	17 14,04%	47 13,16%	64 13,38%
Não sabe, não respondeu	7 5,78%	62 17,36	69 14,43%
Total	121 100%	357 100%	478 100%

diretores”, “*saber dirigir e não poder*”... Novamente, destacamos que entre os alunos das escolas públicas houve maior porcentagem de não-respostas ou de alunos que disseram não saber ou não ter o que denunciar (6% na particular e 17% na pública).

Comparando uma classe de alunos de escola pública e uma de escola particular

Os tipos de injustiça

“O que significa injustiça para você?

“*Injustiça é achar que certas pessoas têm mais direito que outras; fazer algo errado e não ser punido*” (AN, menina, 15 anos)

“*Injustiça para mim significa quando uma pessoa foi roubada, estuprada*” (AA, menino, 16 anos)

A fim de fazer uma análise comparativa mais detalhada sobre as representações, separamos duas classes de alunos, uma de escola pública, AA (39 alunos), e outra de escola particular, AN (47 alunos), que se opõem em ter-

mos de condições socioeconômicas. A escola pública, AA, é uma das escolas com a clientela mais pobre de alunos e a escola AN, ao contrário, representa a clientela economicamente mais favorecida da cidade. Assim, a comparação dessas duas classes fornece dados para a investigação da hipótese, inspirada em Doise et alii (1994a) e Doise e Herrera (1994b), de que as representações de direitos humanos e do que pode ser considerado como ameaça a eles podem variar em função da pertinência social das pessoas. É o que procuramos investigar a seguir, descrevendo as respostas às três questões anteriormente citadas. Sobre o significado de injustiça, destacamos o tipo de injustiça que mais compareceu; sobre as questões que pediram um caso ou exemplo de injustiça e uma denúncia de algo injusto, descrevemos, além do tipo de injustiça que mais emergiu, em que local ela ocorreu, quem foi o agente das injustiças mais citadas, qual sua ação, quem foi a vítima e qual sua perda.

Para a elaboração da Tabela 4, consideramos todas as respostas dos alunos à questão que lhes solicitava um exemplo de injustiça. Um aluno poderia dar, na mesma resposta, mais de um tipo de injustiça; como no exemplo citado acima, em que uma aluna respondeu que injustiça significava: “*certas pessoas têm mais direito que outras*” – uma representação ligada à noção de justiça *Distributiva* – e “*fazer algo errado e não ser punido*” – noção ligada à representação de justiça *Retributiva*. Assim, há um número maior de respostas que de alunos, principalmente na classe da escola particular, onde os alunos souberam dar muito mais exemplos de injustiça que os alunos da escola pública (47 alunos e 66 respostas na escola particular e 39 alunos e 43 respostas na escola pública).

Mantivemos na Tabela 4 as categorias de respostas inspiradas em Piaget (1932/1977), Kohlberg (1992), Jakubowska (1991) e Jakubowska-Branicka (1994), subdividimos a categoria *Distributiva* em duas, uma que se refere a tratamento desigual entre pessoas em geral ou minorias diversas e outra que se refere especificamente ao racismo contra os negros, e acrescentamos uma categoria *Impor vontade sobre os outros*, que se referiu à injustiça quando há o uso da força de alguém sobre outros e que apareceu com uma frequência maior que uma ocorrência em pelos menos uma das classes. Vemos que duas categorias mais compareceram como respostas nas duas classes de alunos: a *Legal* e a *Retributiva*. No entanto, há diferenças entre as classes. Os alunos da escola pública – AA – representaram mais injustiça ligando-a à idéia de ilegalidade: cometer uma injustiça é fazer algo contra a lei, como matar, roubar, bater (categoria *Legal*: quase 35% na classe da escola pública e 26% na particular).

Tabela 4 – Tipos de injustiça definidos nas respostas dos alunos de uma classe de escola pública e outra de escola particular

Tipos de Injustiça	Pública	Particular	Total
Retributiva	11 25,58%	25 37,87%	35 32,11
Legal	15 34,88%	17 25,75%	32 29,35
Distributiva Tratamento desigual	4 9,30%	13 19,69%	17 15,59
Distributiva Preconceito racial	1 2,54%	—	1 0,91
Social	1 2,54%	—	1 0,91
Impor vontade sobre outros	1 2,54%	4 6,06%	5 4,58
Outros (muita coisa, falta de respeito, de carinho, de ser digno, erro das autoridades sobre os justos, não ser imparcial, o que não é justo, algo contra a democracia, algo que não aceito)	5 11,62%	7 10,60%	12 11,00
Sem sentido	1 2,54%	—	1 0,91
Não respondeu	4 9,30%	—	4 3,66
Total	43 100%	66 100%	109 100%

Em segundo lugar, aparecem as respostas mais relacionadas à idéia de castigo desproporcional ao ato ou julgamentos injustos em que se pune um inocente, categoria *Retributiva* (cerca de 26% na pública e 38% na particular). Na escola particular, a ordem das freqüências é contrária: os alunos representam injustiça mais relacionada à idéia de ameaças à justiça *Retributiva* e, depois à *Legal*. Aparecem, em terceiro lugar na escola particular e de modo menos expressivo na escola pública, respostas que se referem à injustiça como uma ameaça à igualdade, a categoria *Distributiva* (11,84% na escola pública e 19,69% na particular).

Ainda foram freqüentes respostas na categoria *Outros*² que, nessas classes, se referiram a respostas tais como: “*falta de respeito, de carinho*”, “*erro das autoridades*”, “*não ser imparcial*”, etc., com uma freqüência de uma ocorrência em uma ou ambas as classes.

2 Incluem-se na categoria *Outros* as respostas que não se encaixaram nas categorias adotadas e que ocorreram com uma freqüência de uma resposta em cada classe ou em uma das classes.

Exemplos ou casos de injustiça levantados pelos alunos:
tipos de injustiça, locais, agentes, ações, vítimas, perdas.

"Você já viu acontecer alguma injustiça? Conte um caso."

"Sim, muitos casos. O que mais me irrita são pessoas que se acham com mais direitos que outras. Achar, por exemplo, que mulher deve ficar em casa (na cozinha). Acho muito injusto tratar pessoas de um modo diferente devido à cor de pele. Odeio racismo!" (AN, menina, 15 anos)

" Na TV vi um cara ser preso por estupro por que três vítimas confundiram ele com o tarado, enquanto que o verdadeiro estava em liberdade" (AA, 16 anos menino)

Quando solicitamos aos alunos que dessem exemplo de um caso de injustiça, 12 alunos da escola pública e 9 da particular ou não responderam ou disseram que nunca haviam visto um caso de injustiça ou não se lembravam de um exemplo. Os alunos que responderam a esta questão poderiam dar mais de um exemplo, o que, de novo, aconteceu bem mais na escola particular que na pública. Considerando apenas os alunos que responderam à questão, numeramos um total de 27 respostas na classe da escola pública (dentre os 39 alunos) e 40 na classe da escola particular (dentre os 47 alunos).

O Quadro 1 sintetiza as porcentagens mais proeminentes obtidas nas categorias de resposta à questão sobre casos de injustiças em cada aspecto de injustiça analisado:³ tipos de injustiça que mais emergiram, local de ocorrência, agentes que cometeram as injustiças, tipos de ações que fizeram, tipos de vítimas que sofreram as injustiças e suas perdas. Esse quadro foi construído a partir de tabelas que apresentaram o número e a porcentagem de cada categoria de resposta para cada aspecto dos casos de injustiça apresentados pelos alunos.

Pode-se observar, no Quadro 1 que, novamente, os *tipos de injustiça* que mais emergiram nos exemplos ou casos dados pelos alunos ligaram-se a problemas na justiça *Retributiva*, relacionados a um julgamento injusto – acusar

3 Nesse quadro, usamos como critério a colocação das categorias cujas porcentagens somassem, no mínimo, 70% das ocorrências. Portanto, não foram colocadas no quadro as categorias com muito baixa frequência de respostas ou as que incluíam um série de respostas isoladas e que foram agrupadas como *Outra*.

um inocente – ou a uma penalidade injusta – prender ou punir um inocente (55% na escola pública e 40 % na particular). Em seguida, na escola pública, compareceram mais respostas ligadas à justiça *Legal* (26%), em que injustiça foi considerada como cometer uma ação contra a lei: matar, roubar, ludibriar... Na escola particular, foram freqüentes casos relatados de injustiça *Distributiva* (30% e 15% nas públicas), que ocorreram ou por apontar a discriminação de direitos em geral (20% e 7,5% na pública) ou por fazê-lo em relação aos negros (10% e 7,5% na pública).

Ao darem exemplos de injustiças, grande parte das respostas, em ambas as classes (66% na escola pública e 34% na particular), não especificou um *local* determinado; chamamos esta categoria de respostas de *Indeterminado*; por exemplo: “*injustiça é prejudicar alguém*” ou “*tratar mal as pessoas de cor*”. A seguir, observamos que os alunos da escola particular tenderam a mostrar exemplos mais situados de injustiça e numa diversidade de lugares maior que os da escola pública. Foram citadas, por exemplo, injustiças no *Trabalho*, na *Rua*, no *Governo*, em *Casa* ou ainda na *Escola* e, ainda em *Outros* lugares (loja, esporte, favela, presídio, cada resposta com no máximo uma ocorrência em uma das classes ou em ambas).

Os *agentes de injustiça*, isto é, os causadores de ações injustas ficaram em sua maioria *Indeterminados*; isto é, os alunos localizavam casos de injustiça sem especificar um “culpado”, por exemplo: “*Acusaram uma pessoa de roubar dinheiro e ela não tinha roubado*” ou “*julgar pessoa que não tem a ver com uma briga*” “*pessoas com mais direito que outras*”. Na escola pública, mais que na particular, surgiram, como agentes de injustiça, os *Policiais* (18% na pública e 5% na particular) e os *Patrões* (11% e 2% respectivamente). Na particular, houve muita dispersão nesta resposta, aparecendo um pouco mais proeminentemente, *Mãe* ou *Pai* e *Políticos* ou *Governo*.

As *ações* que levam à injustiça também foram muito diversas e variadas nas duas classes de alunos. Duas ações mais se destacaram nas duas classes: prender ou acusar um inocente – ligada às idéias da atribuição de pena ou de julgamento injusto, da justiça *Retributiva* (33% na pública e 23% na particular), ou o cometer uma infração com violência, morte ou roubo, ligada à idéia de justiça *Legal* (30% e 21%). Foi curioso notar que algumas categorias de respostas ocorreram apenas na classe da escola particular: *Discriminar direitos das pessoas, ou de mulheres*, ou ainda, *Não punir um culpado*, ou *Omissão de ajuda*, por exemplo: “*deixar crianças na rua*”. Exemplos de injustiça por

Quadro 1 – Características das injustiças relatadas nos casos ou exemplos dos alunos de uma escola pública e outra particular

	Escola pública	Escola Particular
Tipo de injustiças		
Retributiva	55%	40%
Legal	26%	10%
Distributiva	15%	30%
Locais de Injustiça		
Indeterminado	67%	34%
Rua/Bar	4%	13%
Escola	15%	7%
Trabalho	7%	10%
Agentes de Injustiça		
Indeterminado, Pessoas, Rapazes	52%	56%
Policiais	18%	5%
Mãe/Pai	4%	12%
Governo, Políticos	4%	10%
Patrões	11%	2%
Tipos de Ações de Injustiça		
Prender/acusar um inocente	33%	23%
Violência física/Matar, Roubar	30%	21%
Discriminar, Prender, Roubar por racismo	7%	9%
Discriminar direitos em pessoas, mulheres, inocentes	--	12%
Tipos de Vítimas		
Indeterminado, Pessoas, Pessoas inocentes	41%	44%
Amigo, colega, aluno	18,5%	4%
Trabalhador	7%	11%
Menor de idade, crianças	11%	11%
Tipos de Perda		
Ser acusado e ser inocente	25%	12%
Agressão física, vida	21%	16%
Bens materiais, condições de vida	18%	12%
Perda da liberdade	14%	14%
Indeterminado	--	16%

Racismo, aconteceram nas duas classes, embora um pouco mais freqüente na particular (7% na pública e 9% na particular). De novo, notamos uma maior variedade e dispersão de respostas na classe da escola particular.

Não houve, em nenhuma das duas classes de alunos, uma *vítima* mais enunciada nos exemplos de injustiças. As vítimas, em sua maioria e nas duas classes, foram “pessoas” no geral ou “pessoas inocentes” (41% na pública e 31% na particular). Na escola pública, foram mais citados *Amigos, colegas, alunos* (18% na pública e 4% na particular) e nas escolas particulares aconteceram mais respostas onde não havia uma vítima específica, ou seja, ficaram na categoria *Indeterminado*: “*Caso Encol*” ou ainda “*Liga-se a TV e se vê um monte de injustiças*”.

As *perdas* que as injustiças provocam nos casos relatados pelos alunos foram, também, inúmeras e variadas. Na escola pública, dois tipos de perdas prevaleceram sobre outras: *Agressão física ou perda da vida* (21% e 16% na particular) e *Ser acusado ou punido injustamente* (25% e 11% na particular). Na escola particular, houve uma diversidade de tipos de perdas distribuídas de modo quase uniforme, além de haver respostas genéricas que não especificaram um tipo de perda, por exemplo: “*pessoa obrigada a fazer o que não quer*” ou “*No Brasil há muitas injustiças*”.

Denúncias de injustiça levantados pelos alunos: tipos de injustiça, locais, agentes, ações, vítimas, perdas.

“Nesse mundo que você vive, conhecendo tudo o que você conhece e já viu, o que você denunciaria como injusto?”

“*Eu denunciaria que muitos policial bate em trabalhador inocente. Pessoas dirigindo carro alcoolizado*” (AA, menino, 16 anos)

“*Os políticos roubarem dinheiro e ficarem livres. Algumas pessoas que, só por serem ricas, têm mais privilégio; muitas pessoas passando fome, enquanto outras até jogam fora; sendo que todos têm o direito de viver, comer, ter educação, etc.*” (AN, menina, 15)

Nessa terceira questão, solicitamos que os alunos construíssem uma denúncia de algo que consideravam injusto. Foi curioso que houve poucas não respostas à questão (só quatro alunos da escola pública não responderam) e, além disso, apenas três alunos da escola pública disseram que não teriam

nada a denunciar ou que não denunciariam nada a ninguém. Novamente, cada aluno poderia dar mais de uma resposta, isto é, fazer mais de uma denúncia de situações injustas, o que aconteceu, marcadamente, na classe de alunos da escola particular.

Quando classificamos as injustiças denunciadas em tipos, notamos diferenças interessantes entre a classe de alunos da escola pública e da escola particular que podem ser observadas no Quadro 2. Tal como no Quadro 1, esse quadro ilustra as porcentagens mais proeminentes das categorias de respostas aos vários aspectos das injustiças descritas na forma de denúncias pelos alunos.

Quanto ao *tipo de injustiça*, notamos, no Quadro 2, que na escola pública, novamente, três categorias de injustiça mais surgiram: as ligadas à justiça *Legal* (40%), à justiça *Retributiva* (27%) e a ligada à justiça *Distributiva* (22% com cerca de 14% em tratamento desigual à pessoas em geral e 8% referentes ao racismo aos negros). Na escola particular, essas categorias também foram pronunciadas (*Distributiva* em geral, 20%, *Distributiva* referente ao racismo, 7%, *Retributiva*, 13% e *Legal*, 11%) mas houve respostas em outras categorias, tais como 11% em *Social*, 18% em *Corrupção dos políticos*, uma categoria que só apareceu na escola particular.

Os *locais* de injustiças denunciadas foram, novamente, em sua maioria, *Indeterminados*, como nos exemplos: “Uma pessoa negra sendo escorraçada pelos outros só porque eram brancos” ou “Roubar ou furtar os outros” (69% na pública e 53% na particular). No entanto, na classe da escola particular, a *Política* apareceu como o segundo lugar mais citado como o espaço das injustiças (30%) e ele não foi citado pelos alunos da escola pública. Outros locais apareceram com uma frequência muito pequena nas duas classes, dentre eles a *Escola*, citada apenas pela escola pública (8%).

Os *agentes* de injustiças denunciadas foram, também nessa questão, em maioria nas duas classes *Indeterminados* (65% na pública e 55% na particular); os alunos falam de ações injustas sem falar quem as provocou: “Várias prisões de pessoas que não têm nada a ver com o que eles dizem” ou “prostituição, droga, roubos”. Em segundo lugar, e com frequência expressiva, aparecem, na escola particular, os *Políticos* (31%), quase não citados pelos alunos da escola pública (uma resposta, 3%).

As *ações* injustas foram muito variadas e diversas entre as duas classes de alunos. Na escola pública, os alunos deram vários exemplos de injustiças

Quadro 2 – Características das injustiças construídas nas denúncias dos alunos de uma escola pública e outra particular

	Escola Pública	Escola Particular
Tipos de Injustiças		
Legal	40%	12%
Retributiva	27%	13%
Distributiva	22%	27%
Social	--	18%
Corrupção de políticos	--	18%
Locais de Injustiça		
Indeterminado	69%	53%
Governo, Política	--	30%
Escola	8%	--
Agentes de injustiça		
Indeterminado, Pessoas, Rapazes	65%	55%
Governo, Políticos	3%	31%
Não denunciaria	8%	--
Ações de Injustiça		
Políticos trapacearem, não trabalharem	2%	24%
Violência Física, Matar, Roubar, Tráfico de drogas, Estupro	58%	17%
Discriminar direitos	6%	13%
Discriminar, Prender, acusar xingar por racismo	2%	6%
Prender/ acusar um inocente	6%	8%
Tipos de Vítimas		
Indeterminado, Pessoas, Pessoas inocentes	39%	44%
Crianças, menores de idade	21%	12%
Povo	3%	20%
Tipos de Perdas		
Indeterminado	7%	21%
Violência Física, Vida	20%	11%
Prisão	7%	13%
Bens Materiais	18%	8%
Ser discriminado em direitos	4%	10%
Povo	--	8%
Sexual – Estupro	7%	--

ligadas à *Violência física, Matar, Roubo, Tráfico de drogas e Estupro* (58% e 17% nas particulares), todas categorias ligadas a infrações legais. Na escola particular, ações cometidas pelos políticos se destacaram: trapacear, enganar o povo, não trabalhar pelo povo, etc. (24%). A *Discriminação* também apareceu mais freqüente nessa classe que na da escola pública: *Discriminação de direitos*, em geral (13% na particular e 6% na pública), ou *aos negros*, em particular (6% na particular e 2% nas públicas).

Quanto às *vítimas* das injustiças denunciadas, além daquelas *Indeterminadas* ou referentes às *Pessoas* em geral (somadas essas categorias resultam, aproximadamente, em 39% na pública e 44% na particular), destacam-se, na classe da escola pública, as *crianças ou os jovens menores de idade* (21% e 12% na particular), e, na escola particular, o *Povo* (20% e 3% na pública). Outras vítimas aparecem em ambas as escolas de forma dispersa e pouco citada, como *Negros e Pobres*.

Há grande variedade de *perdas* nas denúncias de injustiça dos alunos; na classe da escola pública as perdas mais freqüentes referem-se às ligadas à *Violência física e Morte* (20% e 11% na particular) e *Bens materiais* (18% e 8% na particular); na escola particular, além de respostas em que as perdas ficam *Indeterminadas*, como, por exemplo: "*salário de muitos políticos*", "*alguns menores não serem julgados como adultos*", "*qualquer coisa que eu ache injusto*", "*drogas, violência*" (21% na particular e 7% na pública), aparece a *Prisão* (13% e 7% nas públicas).

Considerações finais

Uma primeira constatação emerge do tratamento dos resultados desta pesquisa: há uma ampla variedade de representações de injustiça entre os jovens, principalmente os de escolas particulares, o que dificulta a categorização de respostas. Essa constatação também foi afirmada por Jakubowska (1991) e Jakubowska-Branicka (1994) e nos faz indagar se existem representações sociais de injustiça como representações comuns a um grupo de pessoas, no caso, alunos de escolas públicas, de um lado, e alunos de escola particular, de outro, construídas e compartilhadas por elas e fornecendo-lhes uma maneira de lidar com esse conceito em realidades sociais comuns (Moscovici, 1978; Jodelet, 1994). Outra constatação que os dados nos indicam é que as representações de injustiça são muito mais variadas e diversificadas entre os alunos

das escolas particulares que entre os das escolas públicas. Enquanto um aluno de uma escola pública poderia dar uma definição de injustiça ligando-a mais às idéias de injustiça *Legal* ou *Retributiva*, alunos das escolas particulares poderiam exibir, numa mesma resposta, duas ou mais definições ou exemplos de injustiça que incluíam as categorias anteriores e outras. Tal riqueza de representações nos faz pensar, como indicado por Doise et alii (1994a) e Doise e Herrera (1994b) que o meio social e cultural dos alunos das escolas particulares lhes permite diferentes condições de informação e de abordagem do conceito de injustiça.

Mesmo dentro dessa diversidade e riqueza de representações, tanto na população maior de alunos das escolas particulares e públicas (Total de 478 alunos), como nas duas classes de escola particular e pública examinadas pormenorizadamente, as representações de injustiça que mais apareceram organizam-se, de fato, em três concepções: a justiça *Legal* – que entende injustiça como a ocorrência de um ato ilegal, a *Retributiva* – na qual injustiça relaciona-se a erros na atribuição de penas, e a *Distributiva* – que se refere ao tratamento desigual entre as pessoas e bem menos afirmada que as outras duas. No entanto, a intensidade com que essas representações aparecem varia em função da questão que fizemos aos alunos, da pertinência social dos mesmos e do ano escolar (primeira série do ensino médio na classe particular e oitava série do ensino fundamental na classe da escola pública). Quando se trata de definir injustiça, duas representações predominam, a *Legal* e a *Retributiva*; de forma que os resultados reproduzem o que Piaget (1932/1977) encontrou entre crianças e Kohlberg (1992), entre jovens do nível pré-convencional ou convencional. Quando se trata de exemplificar casos ou exemplos vistos, aparece uma dificuldade bem maior em fornecer esses exemplos entre os alunos da escola pública que entre os de escolas particulares e a forma de injustiça mais citada, entre uma grande variedade de respostas, é a *Retributiva*. Ainda na população maior, e se repetindo nas duas classes examinadas mais detalhadamente, quando se pede aos alunos que denunciem algo como injusto, denúncias relacionadas à quebra da justiça *Distributiva* são mais freqüentes nas escola particulares e exemplos de injustiças *Legais*, mais freqüentes nas escolas públicas.

Quando examinamos as duas classes de alunos que se opõem quanto ao nível socioeconômico, encontramos, também, diferenças interessantes: nos exemplos de injustiça dados pelos alunos, casos que envolvem a injustiça *Dis-*

tributiva acontecem de forma muito mais freqüente entre os alunos da escola particular; e todos os outros componentes das situações de injustiça – locais, agentes, ações, vítimas e suas perdas – são mais variados e numerosos. Nesses exemplos de injustiças, não aparecem, em nenhuma das classes de alunos, um tipo predominante de agente ou de vítimas; no entanto, as porcentagens por vezes parecem apontar “preferências” entre os alunos nas representações dos casos: os policiais e os patrões aparecem como agentes de injustiça mais freqüentes na escola pública; os pais, na particular; e como vítimas, os amigos aparecem mais na escola pública.

Com relação às denúncias de injustiça, na escola pública, as respostas se concentram nas categorias de justiça *Legal* e *Retributiva*, enquanto, na escola particular, as respostas se dispersam nos vários tipos de injustiça; e duas categorias só aparecem nessa classe: as denúncias ligadas às injustiças *Sociais* e às ações dos *Políticos*. Os locais e agentes de injustiça nas denúncias passam a se diferenciar entre as classes e a *Política*, o *Governo*, os *Políticos* passam a ser afirmados freqüentemente e só na escola particular; o mesmo acontecendo com o povo, apontado como vítima só nessa classe.

As diferenças entre alunos das escolas particular e pública poderiam ser explicadas, de um ponto de vista da psicologia do desenvolvimento, como diferenças de níveis de julgamento moral: de fato, alunos da escola particular mostraram respostas mais diversificadas e ricas e concepções de justiça mais elaboradas, como a justiça *Distributiva*, ligada à igualdade e equidade, e a justiça *Social*, referindo-se aos problemas sociais mais amplos e genéricos. No entanto, acreditamos que a teoria das representações sociais pode nos fornecer elementos que mostram as marcações sociais naquele desenvolvimento. Com Doise (1991), Doise et alii (1994a), Doise e Herrera (1994b), Doise e col. (1995) podemos pensar que as representações de injustiça estão ancoradas na pertinência às classes sociais e serão, portanto, marcadas por vivências nessas classes e nos valores culturais desse meio.

Acreditamos que a presente pesquisa fornece contribuições para próximos estudos no sentido de mostrar que as representações de injustiça dos jovens são muito mais diversificadas do que aquelas colocadas em situações de laboratório; que a representação mais freqüente de injustiça não é a ligada à Equidade ou Igualdade – situação mais explorada nas pesquisas anteriores –, mas a relacionada ao cumprimento da lei e à atribuição de penas e, finalmen-

te, que o meio social das pessoas pode ser uma variável importante a ser investigada como fator de influência nas construções dessas representações de injustiça.

Resumo

A presente pesquisa investiga representações de injustiça que os alunos de escolas particulares e públicas apresentam quando solicitados a definir esse conceito e dar exemplos de sua ocorrência. Dois conjuntos de dados foram analisados: primeiramente, as respostas de 480 alunos do primeiro ano do ensino médio e oitava série do ensino fundamental de oito escolas públicas e três particulares da cidade de Presidente Prudente, interior de São Paulo, e, posteriormente, para uma análise mais qualitativa dessas respostas, foram especialmente consideradas as respostas de 86 alunos, 39 de uma escola pública noturna e 47 de uma escola particular. Para a análise teórica das representações de injustiça utilizamos duas abordagens teórico-metodológicas: a psicologia do desenvolvimento moral, de Piaget e Kohlberg, e a teoria das representações sociais, criada por Moscovici.

Palavras-chave: injustiça; justiça; representações sociais de injustiça; desenvolvimento moral em adolescentes.

Abstract

The present research investigates representations of injustice that students of public and private schools present when they are asked to define this concept and to provide examples of its occurrence. Two groups of data have been analysed: first, the answers of 480 students of the first grade of senior high school and the last grade of junior high school from eight public schools and three private schools in the town of Presidente Prudente, state of São Paulo, and, afterwards, for a more qualitative analysis of the questions, the answers of 86 students (39 from a public school with night classes and 47 from a private school) were specially considered and examined. For the theoretical analysis of the representations of injustice, we used two theoretical-methodological approaches: the Psychology of Moral Development, proposed by Piaget and Kohlberg, and the theory of social representations, created by Moscovici.

Key-words: justice; injustice; social representations of injustice; moral development in adolescents.

Resumen

La presente investigación pretende investigar las representaciones de injusticia que tienen los alumnos de escuelas privadas y públicas cuando se les requiere definir ese concepto y dar ejemplos de su existencia en la vida diaria. Se analizaron dos conjuntos de datos: en primer lugar, las respuestas de 480 alumnos del último año de la enseñanza básica y del primer año de la enseñanza media de ocho escuelas públicas y tres privadas de la ciudad de Presidente Prudente (interior de São Paulo), y posteriormente, para efectuar un análisis cualitativo de esas respuestas, se consideraron de manera especial las respuestas de 86 alumnos, 39 de éstos pertenecientes a una escuela pública nocturna y 47 de una escuela privada. Para el análisis teórico de las representaciones de injusticia hemos utilizado dos abordajes teórico-metodológicos: la Psicología del Desarrollo Moral de Piaget y Kohlberg y la Teoría de las Representaciones Sociales, creada por Moscovici.

Palabras clave: *injusticia; justicia; representaciones sociales de injusticia; desarrollo moral en adolescentes.*

Referências

- Assmar, E. M. L. (1995). Percepção e reação à injustiça na perspectiva da vítima: uma proposta de abordagem integrada. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 47, n. 2, pp. 59-80.
- _____. (1998). Interação social e reação à injustiça. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 14, n. 2, pp. 121-126, maio-ago.
- _____. (2000). A psicologia social e o estudo da justiça em diferentes níveis de análise. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 13, n. 3, pp. 497-506.
- Doise, W. (1991). "Sensibilité des jeunes aux droits de l'homme". In: Doise W. *La perception des droits de l'homme dans la société contemporaine*. Paris, Centre de Education de la vie politique française de l'Institut de droit compare de L'Universite de Paris (Rapport final, v. 1).
- Doise, W. et alii (1994a). Values and perceived conflicts in the social representations of human rights: feasibility of a cross-national study. *Swiss Journal of Psychology*, v. 53, n. 4, pp. 240-251.
- Doise, W. e Herrera, M. (1994b). Déclaration universelle et représentations sociales des droits de l'homme. Une étude à Genève. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, v. 2, pp. 87-107.

- Doise, W.; Clemence, A.; de Rosa, A. S. e Gonzales, L. (1995). La représentation sociale des droits de l'homme: une recherche internationale sur l'entendue et les limites de l'universalité. *Journal International de Psychologie*, v. 30, pp. 181-212.
- Hutz, C. S. e Dell'aglio D. (1995). Teorias e modelos evolutivos de justiça distributiva: uma revisão da literatura. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 8 n. 2, pp. 169-180.
- Jakubowska, I. (1991). Droit et justice chez les enfants et les adolescents. *Droit et Société*, v. 19, pp. 287-295.
- Jakubowska-Branicka, I. (1994). Droit et justice dans une société post-totalitaire: l'exemple de la Pologne. *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, v. 3, pp. 15-35.
- Jodelet, D. (1994). "Représentations sociales: un domaine en expansion". In: Jodelet, D. (org.). *Les représentations sociales*. Paris, PUF.
- Kohlberg, L., Tapp, J. (1971). Developing sense of law and justice. *Journal of Social Issues*, v. 27, pp. 65-91;
- Kohlberg, L. (1992). *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao, Biblioteca de Psicología, Desclée de Brouwer.
- Menin, M. S. S. (2000a). Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 13, n. 1, pp. 59-72.
- _____ (2000b). *Representações sociais de lei, crime e injustiça em adolescentes*. Tese de livre-docência. Faculdade de Ciências e tecnologia, Unesp, Presidente Prudente.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Perelman, Ch. (1999). *Ética e direito*. São Paulo, Livraria Martins Fontes.
- Piaget, J. (1932/1977). *O julgamento moral da criança*. São Paulo, Mestre Jou.

Maria Suzana de Stefano Menin
Professora doutora e livre-docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Unesp – Presidente Prudente
E-mail: menin@prudenet.com.br